

Fontes políticas e ideológicas do magonismo

Fabio Luis Barbosa dos Santos*

Resumo:

Este artigo procura relacionar a trajetória dos liberais mexicanos no exílio, liderados por Ricardo Flores Magón, principal oposição radical a Porfírio Díaz até a Revolução Mexicana (1910), com a experiência política concreta que viveram no período pré-revolucionário, localizando no padrão de luta de classes mexicano e no contato com o movimento operário estadunidense os vetores fundamentais de uma radicalização política e ideológica comumente debitada à influência anarquista.

Palavras-chave: Revolução Mexicana; Ricardo Flores Magón; anarquismo.

Political and ideological sources of magonismo

Abstract:

This article attempts to relate the trajectory of the Mexican liberal exiles, led by Ricardo Flores Magón, the major radical opposition figure to Porfírio Díaz up until the Mexican Revolution (1910), to their concrete political experiences during the pre-revolutionary period. It identifies the pattern of class struggle in Mexico and contacts with the U.S. labor movement as the fundamental vectors of a process of political and ideological radicalization that is commonly attributed to anarchist influence.

Keywords: Mexican Revolution; Ricardo Flores Magón; anarchism.

Reorganização liberal e exílio

A conjunção entre a expansão da demanda mundial por produtos primários e o imperativo da estabilidade institucional como premissa para o investimento capitalista estão na raiz da longa supremacia política de Porfírio Díaz (1876-1911), que projetou o México em um período de acelerado crescimento econômico que se estenderia até a revolução. A afirmação do Estado mexicano esteve associada ao papel que assumiu como mediador entre os negócios do capital internacional e os requisitos sociais e políticos necessários para a sua penetração, estabelecendo uma realidade na qual o investimento internacional e a *Pax Porfiriana* se retroalimentavam.

* Doutor em História Econômica; professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo; Osasco-SP, Brasil. End. eletrônico: faboroso@gmail.com

Embora no plano econômico verifique-se uma continuidade entre o desígnio da reforma triunfante no período anterior e a modernização realizada pelo *Porfiriato*, a chamada “pacificação” que lhe serviu de alicerce assentou-se na mutilação da dimensão social e política do programa liberal avançado por Benito Juárez. Em um regime em que a modernização do país foi afirmada como razão de Estado, o imperativo da ordem justificou a determinação em silenciar qualquer foco de distúrbio social, seja de caráter caudilhesco, étnico ou de classe. Assim, o desenvolvimento superficial dissimulava o acirramento das contradições sociais que a sua rigidez encetava, e que terminaria explodindo de forma espetacular.

A crônica convencional do desabamento do *Porfiriato* que deságua na Revolução Mexicana inicia-se entrado o século XX, e tem como ponto de partida político a reunião convocada pelo *Círculo Liberal Ponciano Arriaga* na cidade de San Luis Potosí em 1901, aglutinando entidades semelhantes de diversas partes do país. Este encontro serviu como ponto de arranque para a articulação do Partido Liberal Mexicano, que em pouco tempo seria liderado por Ricardo Flores Magón, na época coeditor do recém-fundado periódico *Regeneración* (1900-1918). Inicialmente inspirado pelas consignas anticlericais e legalistas herdadas da Reforma liberal de meados do século XIX, os liberais mexicanos radicalizaram progressivamente suas posições diante da perseguição implacável da ditadura. Depois de sofrer seguidas vezes com a prisão e o fechamento do jornal, Ricardo teve proibido pelo governo a publicação de qualquer escrito seu. Nesta circunstância, refugiou-se nos Estados Unidos (1904), de onde assumiu a liderança da Junta Liberal no exílio.

Convencido de que estavam fechadas as vias para a mudança social dentro da ordem, a Junta dedicou-se a uma intensa atividade organizativa objetivando derrocar Porfirio Díaz pela via armada. Esta movimentação política é acompanhada de uma guinada ideológica: Ricardo distancia-se do legalismo que marca a reivindicação do liberalismo mexicano do século anterior, dotando a Junta Liberal de um discurso caracterizado pela progressiva incorporação da temática social e pelo seu correspondente direcionamento aos trabalhadores, perfilando o que podemos qualificar como um pensamento distintivamente magonista¹. Sua expressão política inicial é o programa do Partido Liberal Mexicano divulgado em julho de 1906, que diz em sua exposição introdutória:

Quando los millones de parias que hoy vegetan en el hambre y la desnudez coman menos mal, usen ropa y calzado y dejen de tener petate todo por ajuar, la demanda

¹Embora Ricardo Flores Magón e seus partidários se identifiquem como liberais, portanto genuínos seguidores da tradição juarista, e não como “magonistas”.

de mil géneros y objetos que hoy es insignificante aumentará en proporciones colosales, y la industria, la agricultura, el comercio, todo será materialmente empujado a desarrollarse en una escala que jamás alcanzaría mientras subsistieran las actuales condiciones de miseria general (Gonzalo Ramirez, 1974).

O programa apresenta, hierarquizados nesta sequência, uma costura dos temas clássicos do liberalismo mexicano como liberdades civis e anticlericalismo, com uma detalhada agenda de reformas sociais que objetiva integrar os trabalhadores urbanos e rurais. Com este objetivo, avança uma série de propostas destinadas a melhorar as condições de trabalho na indústria e um projeto de reforma agrária centrado na desapropriação do latifúndio improdutivo. O programa contempla ainda propostas de cunho nacionalista (como limitações à propriedade e ao emprego de estrangeiros), uma reforma tributária, a proteção da *raza indígena* e o estabelecimento de *lazos de unión con los países latinoamericanos*. Em suma, é um projeto de democratização radical da sociedade mexicana, orientado à integração da população através do trabalho nos marcos do capitalismo autodeterminado.

O programa liberal apresenta um projeto democrático nacional que se identifica como continuador da tradição liberal mexicana, na medida em que reivindica a atualização histórica do conteúdo da liberdade: o que antes era entendido principalmente como demandas cívicas agora incorpora direitos sociais. Em um artigo em que comenta o debate promovido pelo partido em torno de um esboço do programa, antes da sua redação final, Flores Magón enfatiza a associação entre liberdade e democracia, escrevendo sob o pseudônimo de Anakreón:

Por el estilo son los demás artículos del proyecto del programa; todos tienden a hacer más efectiva la libertad, y si en virtud de esa libertad que beneficia a la inmensa mayoría de mexicanos sufren lesiones los “derechos” de unos cuantos mimados de la fortuna, o de los frailes, o se aminora el poder del gobierno, no debemos detenernos en aprobarlos (Flores Magón, 2000: 326).

A identificação do conteúdo do programa liberal de 1906 com a integração nacional nos moldes capitalistas não significa, entretanto, que este seja o horizonte histórico definitivo da Junta:

No creemos que el Programa del Partido Liberal sea la última palabra en materia de conquistas del oprimido sobre el opresor (...) pero sí consideramos que con ese programa, cuando lo pongamos en práctica, se liberará la ascención del pueblo mexicano a la altura de bienestar y de libertad con que sueñan todos los espíritus justos, todas las almas grandes (Ibidem: 297).

Em suma, os magonistas identificam na realização do programa liberal de 1906 um caminho para concluir a formação da nação mexicana, interpretada como passo possível e necessário na longa evolução histórica em direção à igualdade entre os homens. Ao converter seu ideário humanista em uma estratégia política para o México sob Porfirio Díaz, Flores Magón subordina a dimensão utópica do seu pensamento à uma apreciação sobre a potencialidade da conjuntura mexicana em relação ao sentido do movimento da história, situando o projeto liberal como uma “*primera piedra del gran edificio de la igualdad y la fraternidad*” (Ibidem: 291).

Considerado por muitos autores como um antecedente fundamental da Constituição de 1917 (Silva Herzog, 1995), o programa servirá como referência ideológica precípua das lutas liberais até setembro de 1911, quando no bojo da revolução eclodida no ano anterior, o partido promulgará um novo manifesto, desta vez dirigido contra a propriedade privada. Esta radicalização está referida à trajetória política magonista no período entre o exílio e a revolução, quando a Junta conspirou incansavelmente para derrubar a ditadura pela via revolucionária, envolvendo-se com as principais agitações operárias da época e iniciando por duas vezes um levante armado no norte do país.

Ação e repressão

Sob as consignas do programa do Partido Liberal serão levadas a cabo duas tentativas efetivas de insurreição em 1906 e 1908, ambas frustradas pela repressão preventiva da ditadura.

Em 1º de junho de 1906, no mesmo dia em que explodiu a greve em Cananea, a Junta enviou circular que continha *Instrucciones generales a los revolucionarios*, prevendo que todos os grupos comprometidos deveriam levantar-se nos seguintes casos: se recebessem ordem da Junta; se estourasse o movimento de Cananea; ou se algum dos membros da Junta fosse capturado. A greve estourou espontaneamente, mas inúmeras dificuldades de preparação, comunicação e coordenação entre os grupos determinaram que a data do levante fosse adiada seguidas vezes, o que por sua vez dilatava as possibilidades de manobra preventiva da repressão. Finalmente em setembro a Junta divulgou uma *Proclama a la Nación*, explicitando pela primeira vez o chamado à luta armada (Bartra, 1977: 174). Neste mesmo mês, dois grupos levantaram-se por iniciativa própria: na cidade fronteiriça de Jiménez as escaramuças duraram semanas. Já na região sul de Veracruz e Tabasco, o desenvolvimento da agricultura de exportação estimulado pela penetração ferroviária aguçara uma disputa agrária que colocava camponeses e indígenas em pé de guerra. Como resultado, o conflito adquiriu contornos comuns a muitos dos embates que estourariam no bojo da Revolução pouco depois (Azaola Garrido, 1982). Atravessando altos e baixos, este confronto subsistiria através dos anos revolucionários.

Como consequência da conspiração liberal entre junho e outubro de 1906, o governo mexicano na pessoa de um de seus principais quadros, o governador de Chihuahua Enrique Creel, chegou à conclusão de que para submeter os liberais era necessário estabelecer um trabalho repressivo de longo prazo (Barrera Bassols, 2001). Depois de reuniões entre Creel, o vice-presidente Ramón Corral e o general Díaz na cidade do México entre 1 e 15 de dezembro deste ano, foi orquestrado o projeto repressivo, que previa:

La creación y puesta en funcionamiento de un aparato diplomático-policíaco, aprovechando los servicios de los cónsules mexicanos en las ciudades fronterizas, reforzado por agentes secretos de agencias como la del señor Furlong y policías secretos mexicanos contratados para trabajos específicos, así como por autoridades norteamericanas, locales y federales, dispuestas a prestar sus servicios al gobierno mexicano a cambio de regalos substanciosos (Barrera Bassols, 2001: 35).

Assim, no período subsequente os quadros liberais serão perseguidos como nunca e por todos os meios, legais e ilegais. Os líderes da Junta estão foragidos no Canadá desde março de 1906, para onde seguem agentes secretos. *Regeneración* está fechado desde setembro de 1906, embora a atividade jornalística seja retomada em junho do ano seguinte através da publicação de *Revolución* em Los Angeles, sob a direção de Modesto Díaz. Uma recompensa de U\$ 25 mil é oferecida pela captura de Ricardo, o que finalmente ocorre em agosto de 1907 pela ação do famigerado detetive Furlong. As acusações iniciais são refutadas na justiça, mas outros processos *ad hoc* são imediatamente avançados (Flores Magón, 2000, tomo 2: 172). Como resultado, se Ricardo conseguiu evitar a extradição ou sequestro fazendo escândalo público no momento de sua detenção,² não recobrará a liberdade até agosto de 1910, já nas vésperas da eclosão revolucionária.

Pese o recrudescimento da perseguição, do ponto de vista estratégico o fracasso da insurreição de 1906 não demoveu a Junta de seus planos e imediatamente a conspiração foi retomada. Em uma carta em fevereiro de 1907 Ricardo escreve: “Éste va a ser el segundo empuje y si nos pueden perdonar las imprecisiones que tuvimos en el primero por no ser prácticos en asuntos revolucionarios, esta vez no nos perdonará nadie. Hagamos por lo mismo una revolución bien hecha” (Flores Magón, 2000, tomo 1: 245).

A segunda tentativa insurrecional foi agendada para 25 de junho de 1908: estimavam-se entre 40 e 64 os grupos mobilizados, dos quais apenas 30 estavam armados. Novamente a interceptação da correspondência e as prisões efetuadas na

²Outro líder liberal, Manuel Sarabia foi sequestrado nos Estados Unidos e enviado ao México em julho deste ano. Uma intensa campanha internacional conseguiu devolvê-lo aos Estados Unidos.

véspera foram eficazes, mas desta vez não impediram o início do levantamento: destacamentos liberais atravessaram a fronteira e atacaram os vilarejos de Viesca em Coahuila e Las Vacas e Palomas, em Chihuahua. As ações foram sufocadas em pouco tempo, com um saldo de dezenas de mortos e presos. Evidenciando-se que Ricardo seguia conspirando intensamente desde a prisão, uma ordem para mantê-lo completamente incomunicável será aplicada até ser solto em agosto de 1910. Nestes mesmos dias, Creel considera encerrada sua missão e pede licença para voltar a Chihuahua: entende que o governo dos Estados Unidos já assumiu como própria a tarefa de reprimir os magonistas (Barrera Bassols, 2000: 48).

Fontes da política liberal

Na bibliografia que busca entender o fracasso dos levantes liberais e a sua impotência no curso da revolução eclodida pouco depois, é comum atribuir suas faltas à progressiva adesão de Ricardo e seus colaboradores mais próximos ao anarquismo.

Existe polêmica quanto à datação e as origens desta filiação. Se é notável, sobretudo nos artigos escritos a partir de 1906, que os liberais se dirigem cada vez mais diretamente aos trabalhadores e, portanto, focalizam sua denúncia em temas relacionados ao trabalho, nos documentos a que tivemos acesso é somente em uma carta datada de junho de 1908, nas vésperas da insurreição programada para aquele mês que Ricardo assume uma filiação anarquista, ao mesmo tempo em que justifica como questão tática o rótulo liberal (Flores Magón, 2005: 464). Mesmo posteriormente, quando a revolução se radicaliza e a Junta reorienta suas consignas na direção da expropriação da propriedade privada, a definição ideológica aparece subordinada ao conteúdo da luta: *“Es por el llamado pueblo bajo por el que luchó. Que esto sea socialismo, que esto sea anarquismo, no me importan las denominaciones.”* (Flores Magón, 2000, tomo 1: 592).

A outra fonte para seguir o percurso ideológico de Ricardo é o depoimento daqueles que conviveram com ele. Como seu testemunho de vida foi logo reivindicado pelos anarquistas, e diversos de seus apoiadores fiéis cultivaram uma simpatia com o anarquismo, é plausível a intenção de lhe atribuir uma precoce conversão. A natureza interessada destes depoimentos ou mesmo as vicissitudes a que está submetida a memória de cada pessoa, limita a confiança nestas fontes, que devem ser cruzadas com outras (Abad Santillán, 1978; Turner, 1984; Urioste-gui Miranda, 1970).

Em nossa opinião, esta questão não é fundamental para apreciar a atividade política de Ricardo Flores Magón à frente da Junta Liberal no período anterior à Revolução Mexicana, porque a atividade de seu líder está pautada por uma racionalidade política balizada de um lado por um diagnóstico da realidade me-

xicana, da sua história e do seu padrão de luta de classes; e de outro, por uma sensibilidade em relação ao sentido do movimento geral da história universal. Ambos vetores podem ser adequadamente analisados sem necessidade de recorrer a categorias exteriores à experiência política e ideológica dos líderes liberais, à qual evidentemente, não era alheia a tradição anarquista.

No entanto, devemos ponderar que no período formativo dos irmãos Flores Magón a experiência acumulada das lutas operárias no México é baixa, a difusão das idéias de inspiração socialista é restrita e neste contexto, a tradição anarquista é exígua (Flores Magón, 2005: 301). Em parte, este fato é atribuído ao reduzido nível de imigração de trabalhadores europeus ao México, principais difusores das idéias socialistas no continente (Carr, 1981). Por outro lado, a exitosa combinação de cooptação e repressão realizada pelo *porfiriato* em um contexto de acelerado crescimento econômico convergiu para minimizar os nexos de continuidade entre as lutas trabalhistas desencadeadas no contexto da Reforma, ainda fortemente marcadas pela tradição mutualista, e o desabrochar das lutas operárias segundo um padrão moderno no século XX (Carr, 1981: 26). Esta espécie de hiato, notável na historiografia sobre o tema, encontra correspondência no plano ideológico:

The Díaz regime, because of its early successes, acted something like a filter against the full transmission of the Mexican anarchist tradition. As a result, the twentieth century Mexican anarchists turned not to their nineteenth century predecessors, but to Proudhon, Bakunin, and Kropotkin (Hart, 1971: 87) .

Nestas circunstâncias, é razoável inferir que, embora tenha tomado contato com a literatura radical mundial antes de exilar-se nos Estados Unidos em 1904, é neste país que Ricardo tem oportunidade de se relacionar de maneira orgânica com um movimento operário pautado pelas correntes contestatórias de matriz européia, dentre as quais as diferentes facções anarquistas. Isto não quer dizer que o projeto revolucionário liberal seja decorrência deste contato, já que há indícios significativos do contrário -a convicção insurrecional é que motivou a opção pelo exílio. Mas, seguramente, esta relação incidiu na trajetória ideológica do magonismo, que incorporará progressivamente o tema da luta de classes.

Assim, verifica-se antes uma convergência entre a radicalização dos liberais mexicanos e o movimento operário nos Estados Unidos -sobretudo a IWW (International Workers of the World)- que incluía uma base de trabalhadores de origem mexicana, que se desdobrará em uma relação fértil e às vezes difícil, intensificada na última época de *Regeneración* (a partir de 1910). Esta afinidade se materializa em um primeiro momento na solidariedade efetiva diante da causa comum da luta pela liberdade de expressão neste país. Assim, à medida que recrudescer a perseguição aos liberais no exílio, observa-se em *Revolución* um em-

penho em mobilizar a opinião do público estadunidense no geral e, logo, da sua classe trabalhadora em particular (Regeneración, CD Rom). Este esforço atinge seu ponto culminante no *Manifiesto al pueblo americano*, divulgado em inglês em dezembro de 1907 e publicado a seguir em *Revolución*. Após uma breve menção à repressão *porfirista* no México, o panfleto faz um exaustivo apanhado da perseguição que vitima os liberais no exílio, acusando o governo dos Estados Unidos de “mexicanizar” seus procedimentos, estabelecendo um perigoso precedente que pode se voltar contra seus próprios cidadãos. Em sua parte conclusiva, o documento aponta para o fundamento de classe em que está assentada a perseguição internacional:

Somos revolucionarios pero no del tipo tristemente clásico en la infortunada América Latina. Mantenemos, vivimos y trabajamos por altos ideales y nobles fines, y es por esta razón que los magnates del poder político y económico de los Estados Unidos y de ambas repúblicas están interesados en nuestro exterminio (*apud* Torres Pares, 1990: 79).

Como decorrência deste diagnóstico que estabelece nexos de classe entre os governos, se acentuará a orientação classista da atividade política magonista, o que se desdobrará de um lado em um investimento na solidariedade operária internacional (Flores Magón, 2000, tomo 1: 467) e de outro, no direcionamento da convocatória liberal aos trabalhadores mexicanos, que aparece crescentemente informada pelo vocabulário da luta de classe (Flores Magón, 2005: 360-5) e convoca abertamente à luta armada³. Assim, é possível estabelecer uma relação entre a experiência da Junta Liberal no exílio, seu contato com o movimento operário e a perseguição que sofrem nos Estados Unidos, e uma abordagem dos problemas mexicanos progressivamente pautada pelos termos da luta entre o capital e o trabalho, o que enseja uma internacionalização no seu enfoque.

Não obstante a radicalização do diagnóstico liberal no exílio, há evidências suficientes para afirmar que as raízes do projeto revolucionário magonista são endógenas, diretamente referidas à experiência de luta no contexto do *Porfiriato*. A rudeza persecutória que vitimou os liberais desde cedo, aguçou em Ricardo uma sensibilidade crítica em relação ao padrão de luta de classes no México. Sua decisão revolucionária está assentada na convicção formada empiricamente de uma ausência de espaço político para a reforma:

Nunca hemos soñado con una evolución pacífica. Los intereses actualmente existentes se opondrán desesperadamente a toda libertad y a toda justicia, y esa

³A seguinte nota recorre no jornal: “Cada rebelde debe apresurarse a comprar su fusil Winchester y parque 30x30 en cantidad suficiente para cubrir las exigencias de una campaña activa y prolongada.”

oposición de los elementos conservadores, al chocar con los principios liberales que sostenemos, producirá indefectiblemente la revolución (Flores Magón, 2000, tomo 1: 142).

Nos seus escritos, a estratificação social mexicana é apresentada de forma cada vez mais rígida, até se configurar na véspera revolucionária a descrição de uma sociedade virtualmente polarizada. O resultado deste contraste econômico é um nível agudo de apartamento social, a ponto de configurar-se um padrão étnico de diferenciação social, que resulta em um padrão de relação social marcado pelo ódio e o desprezo entre os pólos sociais (Regeneración, CD Rom)⁴. Um padrão violentíssimo de resolução do conflito social é a consequência esperada: “No hay que hacerse la ilusión de que la revolución del porvenir no va a ensangrentar demasiado al país. Desgraciadamente eso sucederá.” (Flores Magón, 2000, tomo 1: 134).

Se por um lado Ricardo apresenta uma visão cética em relação ao espaço para a reforma diante das características do padrão de estratificação social apresentado, por outro lado seu programa revolucionário está referenciado em uma percepção modesta das possibilidades de ação política dos trabalhadores mexicanos. Isto se evidencia no teor didático dos seus artigos. À medida que os temas sociais ganham preponderância na prédica magonista, revela-se uma preocupação recorrente em despertar o trabalhador mexicano para a percepção elementar dos seus direitos, reiterando incansavelmente a igualdade entre os homens como primeiro passo para a consciência da sua condição oprimida (Flores Magón, 2005: 222). Nos artigos anteriores à revolução, o objetivo implícito da Junta liberal em termos de classe é superar o paternalismo como padrão dominante nas relações de trabalho mexicanas, seja no campo, de onde provem a maior parte do contingente operário, seja na cidade, onde persiste o legado mutualista. A proposta é elevar o potencial da reivindicação trabalhadora a patamares mínimos de organicidade e combatividade, viabilizando a conquista de direitos elementares como condição para o fortalecimento de classe: “Lo que ahora sé pretende es cortar de raíz los abusos de que ha venido siendo víctima el trabajador, y ponerlo en condiciones de luchar contra el capital sin que su posición sea en absoluto desventajosa” (Regeneración, CD Rom, 1/8/1906).

⁴“Estos contrastes tan notables (...) alimentan y robustecen dos sentimientos: uno, de desprecio infinito de la clase rica e ilustrada por la clase trabajadora, y otro de odio amargo de la clase pobre por la clase dominadora, a la vez que la notable diferencia entre las dos clases va marcando en cada una de ellas caracteres étnicos distintos, al grado que casi puede decirse que la familia mexicana está compuesta de dos razas diferentes”. Número 4 de Revolución. 22/06/1907 Em: Edição digital completa em CD Rom. Organizado por Jacinto Barrera Bassols.

Revela-se a percepção dos trabalhadores mexicanos como uma classe atrasada, com escasso acúmulo de lutas, e assombrada por uma miríade de resquícios ideológicos de origem colonial e pré-capitalista, que vão da naturalização da desigualdade ao catolicismo (Flores Magón, 2005: 247). Nesta perspectiva, o horizonte imediato da luta de classes no México é superar o legado *porfirista*, e sua referência política é o capitalismo auto-determinado:

Es preciso que dejen de creer que su situación miserable se debe a la fatalidad y que sí sufren se debe a que no les tocó en suerte nacer en telas de seda. El que trabaja tiene derecho a que le pague bien , a que no se le robe en las tiendas de raya, a ocupar un lugar decente en la sociedad. Nuestros obreros deben tomar ejemplo de los obreros yanquis que han sabido hacerse respetar, por lo que gozan un bienestar con que aquí no se sueña (Flores Magón, 2005: 254).

Conclusão

Embora Ricardo assuma sua filiação anarquista em carta do ano de 1908, no plano da mobilização política aberta sua fidelidade ao programa liberal de 1906, que tem como horizonte o capitalismo auto-determinado, é absoluta até a explosão revolucionária no final de 1910, ou mais precisamente até o manifesto de setembro de 1911. Só a partir deste momento o foco da denúncia magonista se deslocará para a propriedade privada⁵.

A partir da constituição da Junta Liberal no exílio, Ricardo comandou o partido baseado no diagnóstico da ausência de espaço para a reforma dentro da ordem, em uma sociedade marcada por um padrão étnico de segregação social, que condenava os trabalhadores a um patamar primitivo e inarticulado de reivindicação social. A convivência com o movimento operário estadunidense ampliou a consciência de classe dos líderes da Junta, e a denúncia magonista dos dilemas mexicanos incorporou o vocabulário da luta social contemporânea. Nesta circunstância, a ação do PLM esteve calcada em um trabalho incessante de propaganda dirigido fundamentalmente aos trabalhadores urbanos, com o objetivo de mobilizar grupos dispostos a promover uma insurreição armada que derrocasse a Porfirio Díaz, estabelecendo as condições para a implantação de uma agenda reformista destinada a realizar a integração do povo mexicano através do trabalho, gerando as condições para a afirmação do capitalismo auto-determinado no país, visto como escala para utopias futuras (Regeneración, CD Rom, 7/1/11).

⁵Uma rápida busca por palavras realizada na versão digitalizada de Regeneración confirma esta afirmação: as ocorrências da expressão *propiedad privada* se generalizam a partir do número 50 da 4a época (agosto 1911); *expropiación*, a partir do número 29; *propiedad individual* ocorre no número 33, abril de 1911. O lema *Tierra y libertad* é assumido a partir do número 26.

Em suma, a despeito da radicalização ideológica de muitos de seus membros, a Junta Liberal no exílio subordinou as convicções pessoais ao cálculo das potencialidades políticas franqueadas pela conjuntura, cultivando a possibilidade de aliança com os setores anti-porfiristas das elites até a ruptura irreversível nos campos de batalha⁶. Somente quando a marcha da revolução evidenciou a intransigência social dos ao mesmo tempo em que revelou a irresistível radicalização da luta popular no campo, é que os magonistas foram constrangidos a reavaliar as possibilidades políticas do momento histórico, ajustando de maneira correspondente o seu programa. Derrotados militarmente, a reorientação das consignas liberais em um sentido anti-capitalista emerge como uma resposta diante da incapacidade da classe dominante dividida em integrar as demandas sociais como caminho para a paz nacional.

Bibliografia

- ABAD DE SANTILLÁN, Diego (1978). *Ricardo Flores Magón. El Apóstol de la Revolución Social Mexicana*. México: CEHSMO.
- ALBRO, Ward S. (1992). *Always a rebel. Ricardo Flores Magón and the Mexican Revolution*. Texas Christian University Press, USA.
- AZAOLA GARRIDO, Elena (1982). *Rebelión y derrota del magonismo agrario*. SEP, FCE.
- BARRERA BASSOLS, Jacinto (2001). Introdução a *Obras Completas de Ricardo Flores Magón - Volumen I. Correspondencia (1898-1918)*. México: Conaculta.
- BLAISDELL, Lowell L. (1993). *La revolución del desierto. Baja California, 1911*. México: SEP.
- BLANQUEL, Eduardo (1985). *Ricardo Flores Magón*. México: Editorial Terra Nova.
- CARR, Barry (1981). *El movimiento obrero y la política en México. 1910/1929*. México: Era.
- COCKROFT, James D. (1985). *Precursores intelectuales de la Revolución Mexicana (1900-1913)*. México: Siglo XXI.
- COSÍO VILLEGAS, Daniel (coordinador) (1976). *Historia General de México*. 2 tomos. México: El Colegio de Mexico.

⁶Este refinamento da visão política de Ricardo Flores Magón escapa aos trabalhos relativamente recentes de mexicanistas a que tivemos acesso: Ward (1992); Machlachlan (1991); Raat (1993); Blaisdell (1993).

- FLORES MAGÓN, Ricardo (2005). *Artículos Políticos Seudónimos*. Volumen V. México: Conaculta.
- _____ (2001). *Obras Completas*. Volumen I. Correspondencia (1898-1918). Introducción, compilación y notas, Jacinto Barrera Bassols. México: Conaculta.
- _____ (2001). *Correspondencia 2* (1919-1922). Volumen II. México: Conaculta.
- _____ (1977). *Regeneración, 1900-1918. La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a 1918 através de su periódico de combate*. Prólogo, selección y notas de Armando Bartra. México: Era.
- _____ (s/d). versión digital completa del periódico *Regeneración*. preparada por Jacinto Barrera Bassols, INAH, Mexico.
- GARCIA CANTÚ, Gastón (1969). *El socialismo en México*, siglo XIX. México: Era.
- GILLY, Adolfo. (org.) (1980). *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. UNAM, Editorial Nueva Imagen.
- GONZALEZ RAMIREZ, Manuel (org) (1974). *Planes políticos y otros documentos. Fuentes para la historia de la Revolución Mexicana*. FCE.
- HART, John M. (1978). *Anarchism and the Mexican Working Class*. (1860-1931). University of Texas Press.
- HERNANDEZ PADILLA, Salvador (1996). *El Magonismo: historia de una pasión libertaria, 1900-1922*. México: Era.
- KATZ, Friederich (1998). *The life and times of Pancho Villa*. California: Stanford University Press.
- MACLACHLAN, Colin M. (1991). *Anarchism and the Mexican Revolution – the political trials of Ricardo Flores Magón in the United States*. California: University of California Press.
- RAAT, W. Dir (1993). *Los revoltosos. Rebeldes mexicanos en los Estados Unidos (1903-1923)*. México: FCE.
- SILVA HERZOG, Jesus (1995). *Breve Historia de la Revolución Mexicana*. 2 tomos. México: FCE.
- TORRES PARÉS, Javier (1990). *La Revolución sin frontera*. México: UNAM.
- TURNER, Ethel Duffy (1984). *Ricardo Flores Magón y el Partido Liberal Mexicano*. México: Comisión Editorial Nacional.
- URIOSTEGUI MIRANDA, Pindaro (1970). *Testimonio del proceso revolucionario de México*. México: Argrin.